


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001618-21.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
 Requerido: **Andreia Cristina Martins Santana**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda propôs ação de rescisão de contrato c/c cobranças de parcelas em aberto em face de **Andreia Cristina Martins Santana**. Afirmou a requerente que em dezembro/2012 foi firmado contrato de prestação de serviços de monitoração e locação de equipamentos entre as partes. Entretanto, a requerida não cumpriu com as suas obrigações, tornando-se inadimplente na importância de R\$1.166,70. Pede-se a quitação do presente débito.

Acostados à inicial, vieram os documentos de fls. 03/27.

A requerida, devidamente citada (fl. 33), manteve-se inerte.

É o breve relatório.

Fundamento e Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832 – RJ, Relator Ministro Sálvio Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de rescisão contratual c/c cobrança de parcelas em aberto que a autora interpôs em face da ré, diante do inadimplemento quanto as parcelas do contrato firmado entre as partes.

Conquanto regularmente citada, a ré não respondeu à demanda dentro do prazo que lhe foi conferido e tampouco purgou a mora. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do art. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito da autora, o que deve ser feito, já que a revelia não induz, necessariamente, à procedência.

Fica devidamente comprovada a relação jurídica entre as partes com os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

documentos juntados às fls. 17/22. O contrato de prestação de serviços foi emitido em nome da ré que, como já comprovado às fls. 25/27, não cumpriu com as suas obrigações e está em débito no valor de R\$1.166,70.

Nesse sentido se posiciona o Egrégio Tribunal de Justiça

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - COBRANÇA - ADEQUADA
APURAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E NÃO PAGOS -
SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÃO NÃO PROVIDA.**

(TJ-SP - APL: 992050030182 SP, Relator: Luiz Eurico, Data de Julgamento: 22/03/2010, 33ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/04/2010).

A ré teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada pela autora; no entanto, se manteve inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos. Havendo alegações de inadimplemento, competia à ré a prova do pagamento das parcelas, já que inviável à autora fazer prova negativa de que estas não foram pagas, o que deixou de fazer.

A planilha de cálculos apresentada à fl.24 pormenoriza o débito, sendo que, à falta de impugnação quanto ao valor, este será tido como verdadeiro. Cabível a incidência de juros e correção monetária. Os honorários advocatícios estão compreendidos nas verbas de sucumbência, e são determinados quando da prolação da sentença, não havendo razão para se acrescentar tal valor ao débito.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil para condenar a ré ao pagamento de R\$1.166,70. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além de incidência de juros monetários de 1% ao mês desde a citação.

Vencida, a ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Como o trânsito em julgado, querendo, a autora deverá apresentar planilha atualizada de seus créditos e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 534 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para ar fila – processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posteriores desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 28 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**